

As razões para São Paulo liderar a ciência do país

Pesquisadores ligados às universidades de São Paulo lideram, com sobras, a produção científica no Brasil. Mesmo com investimentos do governo federal com o objetivo de descentralizar o ensino superior no país ao longo das últimas décadas, as universidades paulistas permaneceram no topo dos rankings de publicações de pesquisa (papers), aqui dentro e no exterior.

A liderança vai além do fato de ser o estado mais rico e populoso do país: passa também pela política de fomento e repasse de recursos, bem como um investimento histórico em qualificação que antecedeu em décadas o que foi feito em outras partes do Brasil.

A centralização já foi mais acentuada. Quando se consideram, por exemplo, os grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), São Paulo era responsável por 31% do total nacional ainda em 2000 – proporção que já havia baixado para 19,8% em 2016, data dos dados mais recentes.

Embora o estado tenha mais que dobrado o total de grupos no período (passando de 3.645 para 7.440), outras regiões do país conseguiram correr atrás do prejuízo, reduzindo a diferença. No entanto, apesar dos avanços feitos em outros estados, a liderança de São Paulo no quesito produção jamais esteve ameaçada.

Segundo a base de dados multidisciplinar Web of Science, entre 2011 e 2016 o estado de São Paulo produziu 111.029 artigos científicos ali indexados, o equivalente a quase um terço (32,84%) de todas as publicações brasileiras contabilizadas no período. A produção paulista é maior que a dos três estados seguintes – em ordem, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – somados.

A USP, sozinha, teve mais publicações que qualquer outro estado brasileiro individualmente: 54.108 documentos catalogados pelo Web of Science no período, contra 39.996 produzidos nas instituições fluminenses.

Estabilidade

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a maior agência estadual de fomento do país, é um dos braços que ajuda a compreender o sucesso da ciência desenvolvida no estado.

Nos últimos anos, a Fapesp vem manejando orçamentos que superam 1 bilhão de reais. Em 2017, embora desacelerado pela crise econômica, o valor destinado à fundação voltou a superar a marca,

chegando a 1,079 bilhão. O pico ocorreu em 2013, quando a Fapesp contou com um orçamento de 1,406 bilhão. Além dos valores variáveis definidos pelo governo ano a ano, a fundação paulista ainda recebe, por lei, 1% da receita estadual livre de contingência.

Só isso, porém, não explica a disparidade entre os estados. Outras unidades da federação têm provisões até maiores – no Rio de Janeiro, o valor sem contingência oriundo das receitas estaduais é de 2% –, mas não repetem os resultados.

O caso do Rio é exemplar para entender a continuada proeminência paulista: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), contraparte fluminense à Fapesp, tinha um orçamento previsto em 537 milhões de reais no ano passado. Em um estado com apenas um terço do PIB de São Paulo, os valores da agência de fomento eram maiores que a metade de São Paulo. Proporcionalmente, a Faperj tinha um caudal de recursos superior. A diferença? A profunda crise econômica vivida pelo estado.

“Entre as grandes chaves estão a autonomia e a estabilidade do financiamento”, entende Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente Fapesp. Embora tivesse uma previsão orçamentária elevada, a Faperj chegou a julho do ano passado tendo recebido apenas 9,5% do valor previsto para o ano, e seus pesquisadores sofriam com atrasos de bolsas e outros recursos para desenvolver seus projetos, uma situação que não ocorria no estado vizinho.

Razões históricas

Para Pacheco, a explicação para a excelência das instituições paulistas tem razões tão enraizadas em fatores históricos quanto nos econômicos. “Existe uma busca por uma maior qualificação dos professores que vem desde os anos 80”, assinala o diretor-presidente da Fapesp, apontando um movimento que se antecipou ao restante do país.

“Hoje temos praticamente só doutores. São universidades de excelência: se estivessem nos Estados Unidos, as universidades de São Paulo estariam em 10º lugar em termos de formação de doutores”, completa.

A busca por qualificar o ensino e a pesquisa veio acompanhada de uma antecipação na internacionalização das universidades paulistas em relação ao restante do país, através de convênios de colaboração com instituições estrangeiras que já datam de décadas.

Além do peso dos recursos provenientes da Fapesp, historicamente São Paulo se diferenciou de outros estados pelo grande peso conferido às instituições estaduais de ensino superior.

Enquanto no restante do país os maiores orçamentos e índices de publicações são encontrados nas federais, em São Paulo as três grandes instituições mantidas pelo governo estadual – a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista (Unesp) – prevalecem em termos de recursos e produção quando comparadas à maior federal do estado, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

De acordo com Carlos Américo Pacheco, um maior número de parcerias com a iniciativa privada também contribui para que a pesquisa feita em São Paulo se destaque.

“O estado tem uma situação diferente do restante do país, que é um grande investimento por parte do setor privado em pesquisa e desenvolvimento. No Brasil, em média, essa relação é de 60% investimento público e 40% privado. Em São Paulo, a proporção se inverte, com números similares aos da Espanha”, indica o professor.

“Nos países desenvolvidos, em geral, a proporção de investimentos privados é ainda maior, de 70%”, conclui.

Fonte: Gazeta do Povo

Data: 22/04/2018